



## SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro  
Coordenação de Educação Superior  
Serviço dos Cursos de Pós-Graduação

*V - quando houver qualquer alteração unilateral da ação de capacitação deferida, sem a prévia autorização da autoridade competente;*

*VI - quando for averiguado o descumprimento dos requisitos legais e normativos, bem como o descumprimento dos termos do deferimento da ação de capacitação;*

*VII - quando não forem acolhidas as justificativas para a interrupção da ação de capacitação;*

*VIII - quando não houver o efetivo retorno ao serviço decorrente de conclusão antecipada ou interrupção requeridas para a licença para capacitação; (Redação dada pelo Ato da Diretoria-Geral nº 30/2023).*

*IX - quando não houver comprovação formal que ateste a conclusão exitosa da ação de capacitação autorizada, nos termos do RASF, deste Ato e do deferimento. (Redação dada pelo Ato da Diretoria-Geral nº 30/2023).*

7

*Parágrafo único. Para atendimento ao disposto no § 3º do art. 52 do Anexo IV do RASF: (Redação dada pelo Ato da Diretoria-Geral nº 30/2023).*

*I - na hipótese do § 7º do art. 52 do Anexo IV do RASF, considerar-se-á 1 (um) dia de cassação para cada 1 (um) dia de ação de capacitação excedente às datas inicial ou final da licença ou afastamento deferidos ao servidor; (Incluído pelo Ato da Diretoria-Geral nº 30/2023)*

*II - em se tratando de descumprimento dos demais requisitos regulamentares, considerar-se-á a proporcionalidade entre a carga horária das ações de capacitação reconhecidas pela Administração e a carga horária total contida no deferimento da respectiva licença ou afastamento. (Incluído pelo Ato da Diretoria-Geral nº 30/2023).”*  
[Grifo nosso].

Cabe elucidar que todas as ações educacionais internas e externas dirigidas a servidores da Casa apoiadas institucionalmente lastreiam-se por princípios estipulados na Política de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores do Senado Federal, nos termos do art. 3º do Anexo IV do Regulamento Administrativo do Senado Federal — RASF (Ato da Comissão Diretora nº 14/2022 e atualizações), a destacar: “VIII - busca de economicidade e eficiência na gestão das ações de capacitação;” “X - submissão à indisponibilidade do interesse público.”

